

Ata da Trigésimo Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop, Estado do Mato Grosso.

Nos onze dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e nove, no horário regimental, reuniram-se os senhores vereadores na sala das sessões da Câmara Municipal, ausente somente o vereador Jonas Henrique de Lima, para a realização da última sessão ordinária do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, invocando a Proteção Divina o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos daquela noite, pedindo a seguir que fosse lida a ata da sessão anterior a qual obteve a aprovação. Após foram apresentadas pelo Secretário da Casa as correspondências recebidas e expedidas no decorrer daquela semana. Apresentada a pauta do dia pelo Senhor Presidente, o mesmo informou que ficaria para o final da sessão a discussão dos projetos do Executivo, devido a quantidade e por serem todos muito extensos. Continuando, entrou em apreciação o projeto de lei número dezessete, autoria do plenário. Em discussão, Sebastião de Matos, informou que quando fere aprovado o projeto usando o colonizador Sinop do pagamento de impostos haveria uma manifestação muito grande da população de Sinop, repudiando os vere-

dores, não aceitando a isenção de uma empresa do pagamento de impostos, enquanto que pessoas de baixa renda eram obrigados a pagá-los. Mencionou ser de seu conhecimento, da presença na cidade naquele dia, de um representante da colonizadora que queria contactar com os vereadores para que os mesmos retirassem o projeto de revogação do isenção, deixando assim seu repúdio por não ter o mesmo vindo a cidade com antecedência para assim evitar a apresentação do projeto. Informou que fora muito dissentido pelos vereadores a apresentação do projeto antes dos mesmos o assinarem, entendendo que deveria a colonizadora pagar o imposto como outros o faziam. José Pedro Serofini, disse ser e continuaria a ser contra negociações que viessem prejudicar os cidadãos de Sinop. Mencionou que quando fora procurado pelo Senhor Presidente para endossar o pedido de revogação do projeto prontamente se colocara a favor e o assinara, pois sempre se dirigira a favor de causas do povo. Informou que em contato naquele dia com o Senhor Prefeito pediu informações ao mesmo se a revogação do projeto seria benéfico ou contrário ao município, sendo lhe informado que pelo simples fato de revogar o Lei já estaria o município sendo prejudi-

cada, pois o valor a ser cobrado de imposto poderia ser coberto por doações do colonizadora Simop, fora a porcentagem que pertence ao município. Disse que a partir daí havia feito um levantamento tomando assim a liberdade de propor algo em troca para o município, esclarecendo que aquela não fora uma decisão oficial seria primeiro vista com todos os vereadores. Informou que na proposta estavam exigindo doações de áreas onde seriam construídas obras que beneficiariam o município. Participando Sebastião Márcio de Mota, pediu ao vereador que não se esquecesse do que aconteceria no decorrer do Legislativo, caso demorassem no tomado de decisões. Informou que sua posição seria sempre a favor da revogação, pois a colonizadora nem sequer havia repassado os trinta e cinco por cento pertencentes ao município. José Pedro Serafini adiantou que nunca tomara decisões obscuras à comunidade, e toda reunião feita sobre aquele assunto deveria ser feita à portas abertas, dizendo preocupar-se com as posições que pudessem se tomar a respeito a comunidade. Informou que naquela noite seria a favor da revogação, e que jamais havia pedido um lote a coloniza-

dora em seu benefício e assim quando
o fez foi em prol da comunidade.
Waldemar Brandão, seu artigo de de-
creto de lei da prefeitura de Chapada
dos Guimarães, onde afirmava que
a colonizadora tinha por lei que
doar lotes ao Município. Informou
ainda que o que o levava a assinar
o Projeto de revogação, fora o mo-
tivo da colonizadora haver quebrado
o pacto firmado em legislatura pas-
sada. Lichando o vereador que se
caso fosse revogado a lei prejudi-
caria o população e assim apelou
aos seus colegas para fazerem uma
trégua deixando de lado por algu-
mas semanas o projeto e que em
contato com a colonizadora fosse
feito um acordo referente ao proble-
ma da colonizadora e Prefeitura.
O Senhor Presidente, deixou a Paro aos
presentes, que fora procurado naquele
dia pelo representante da colo-
nizadora o Senhor Lusiano, on-
de se colocara o favor de realizar
uma reunião com a presença de
todos os vereadores para juntos verem
o que poderia ser feito em benefi-
cio do Município. Jorge Libreu
entendeu que saberia à Legislatu-
ra passada a revogação de lei pois
foram eles os que criaram a usina
e que não foram atendidos pela colo-
nizadora. Pedindo assim que fosse

retirado de Pauta o projeto para que pudessem os vereadores pensar melhor. Com o consentimento do Plenário a Mesa adiou a votação do projeto. Continuando os trabalhos fora apresentada a indicação de número cento e nove, autoria de Dalton Benoni Martini. Passando a Presidência ao vereador Fernando Bispo Ferreira, o vereador fez propositar sua justificativa à indicação. Em discussão, Osmar Martinelli, achando ser de grande valia a indicação, mencionou o caso de um acidente ocorrido em um dos redondos da cidade, no qual, após o ocorrido, fora vetada uma das entradas de veículos beneficiando em muito os moradores do local. Nada mais havendo a dissentir, fora a indicação aprovada. Retomando seu posto junto a mesa o Senhor Presidente em exercício, deu continuidade aos trabalhos, entrando em apreciação a indicação número cento e doze, autoria do vereador Osmar Martinelli, a qual justificou-a. Em discussão, o vereador Sebastião Imáiev de Matos, lamentou o esquecimento do vereador autor do projeto que por ele fora apresentado e que mencionado pelo Executivo, sendo que hoje o nome daquela praça era Nicolau Puchowski, dizendo que não gostaria de votar contra o projeto, e que achava melhor se, em belezar a praça plantando-se

flous, pedindo assim ao vereador que repensasse sobre sua indicação. Salientou o autor que não estava pedindo o cancelamento da praça e sim apenas de uma faixa e que a aprovação não tiraria o nome da praça. José Pedro Serafini, pediu que fosse feita uma emenda, estendendo-se a indicação, além do pedido, também para taxis. Jorge Libreu, entendeu ser de grande valia a proposição e muito se fazia necessário. Nada mais havendo, fora aprovada a indicação. Prossequindo fora apresentada a indicação número cento e treze, autoria do vereador Osmar Martinelli, sendo justificada pelo autor. Em discussão nada havendo a acrescentar fora aprovada. Ato contínuo, entrou em apreciação as indicações números cento e catorze e cento e quinze, autoria do vereador Jorge Libreu, as quais foram justificadas pelo autor e nada havendo em contrário foram aprovadas por unanimidade. Dado após um intervalo nos trabalhos pelo Senhor Presidente, voltando-se logo em seguida à discussão dos projetos do Executivo. Sendo primeiramente apresentado o Projeto de lei número doze, do Executivo, em discussão João Medeiros, entendeu ter o Executivo por liberdade de atualizar a Unidade de Referência anualmente, sendo do seu entendimento ainda que poderia

atualizá-la por decreto sempre que necessário. Informando que caso a Câmara viesse a aprovar o projeto, para atualização da Unidade de Referência mensalmente, significaria que todos os impostos poderiam ser cobrados com atualização mensal. Entendeu que o imposto deveria ser cobrado ao cidadão conforme pudesse ser pago pelo mesmo, achando que se caso fosse o projeto aprovado, seriam os municípios ainda mais atascados, pois a seu ver, já pagavam muito de impostos. Entendeu ser mais um incentivo de sonegação de impostos, Honório Staviero, admitiu que o tabela prejudicaria o município, mas era necessário se atualizar pois a inflação aumentava mensalmente ficando assim uma defasagem muito grande entre o imposto, achando justo que fosse o projeto aprovado. Waldemar Brandão dirigindo-se ao Senhor Presidente, entendeu que não deveria o projeto nem entrar em discussão e ser enviado diretamente à comissão. Nada mais havendo pelo o projeto encaminhado as comissões competentes. Após, entrou em discussão o projeto de Lei número treze, do Executivo, e nada havendo em contrário fora encaminhado a Comissão de Finanças e Orçamentos. Continuando entrou em apreciação o projeto de Lei número catorze, do Execu-

tivo. Em discussão, João Medeiros, disse ser o projeto sinuoso a comunidade, deixando assim seu repúdio ao mesmo. José Pedro Serafini, solicitou ao Senhor Presidente que fosse lida a mensagem do projeto. Jorge Libreu informou que seria o projeto de uma sapiência muito grande. Informou a existência de um projeto onde constava que uma copeira pagava o mesmo que um médico, achando a cobrança daquela maneira injusta. Itair Lido-mar Kirseh, esclareceu que seria muito simples entender, que antes da existência do projeto de Lei de oitenta e três, pagava um picapau o mesmo do que um serraria, não sendo nenhuma igualdade mas duas, pois jamais teria um simples picapau o mesmo rendimento de um serrario. Disse ainda não poderem jamais comparar um médico com um jardineiro, pois a diferença era muito grande entre aquelas profissões. A seu ver, entendeu que existia desigualdade na Lei. João Medeiros, achou que estaria o vereador enganado com referência ao que constava no projeto. Disse desconhecer que sapateiro e engenheiro tivessem pago 755, desconhecendo ainda o motivo da cobrança para lavadeiro. Participando Jorge Libreu, informou da existência da Lei mas que nunca fora cobrada e

que estaria sendo atualizada para ser cobrada, sabendo da existência do bom senso, tinha certeza que não cobrariam o imposto de pessoas de baixa renda como não vinha cobrando. Osmar Martinelli disse não ser justo um médico pagar o mesmo que um engenheiro e que através da aprovação do projeto seria cobrado mais de um médico do que o valor que foi cobrado e continuaria o valor a ser cobrado para um engenheiro. Participando João Medeiros, informou que conforme tabela que possuía em mãos o profissional autônomo pagava um percentual e o profissional que se reportava o vereador Osmar Martinelli enquadrava-se a ser um profissional que não possuía estabelecimento fixo estes pagavam outro percentual, não entendendo assim que o médico pagasse o mesmo que um engenheiro. Osmar Martinelli entendeu que deveria existir uma tabela mais ampla para que qualquer profissional que se dirigisse à prefeitura pudesse ver o quanto pagaria, sendo a mesma separada em grupos de maior e menor rendimento, não dando assim qualquer margem para esdrinçamento. Nada mais havendo a dissentir, foi o projeto encaminhado à comissão competente. Na continuidade dos trabalhos entrou em

discussão o projeto de Lei número 78, do Executivo, manifestando-se somente o vereador Waldemar Brandão a favor do projeto por entender que aquela matéria vinha ao encontro das propostas do candidato a Presidente Lula. Nada mais havendo para encaixar no âmbito também a comissão competente. Após entrar em deliberação o projeto de Lei número dezessis, do Executivo. Em discussão Jorge Libreu, voltando-se ao projeto, informou que o mesmo estava sendo apresentado para corrigir as distorções que haviam. Salientando a necessidade de uma reavaliação de obras em Sinop, de melhorias a serem executadas no município para que assim, se desse o devido respeito também à casa José Pedro Serafini, informou que o Executivo estava tentando através daquele projeto mudar o período de pagamento do imposto, devido o pagamento ser realizado num período de férias e de muitas chuvas o que trazia certas dificuldades ao contribuinte. Partilhando, Jorge Libreu, concordou quando diz o vereador da correção monetária que seria defasada se mudasse o pagamento da dívida de janeiro para maio, mas entendeu que devia ser assumida a dívida, solicitando autorização para que fosse corrigida o valor venal dos

imáveis. José Pedro Serafini informou que além da correção em valor venal apurandose a correção monetária dos 19 meses e não se tributasse em dezesseis meses mudando-se o ano fiscal, sendo este o motivo porque Executivo estaria adentrando à casa com o projeto. Nada mais havendo a discutir fora o projeto encaminhado a comissão competente. Seguindo com os trabalhos fora apresentado o Requerimento número um do Executivo. Em discussão, Waldemar Brandão, sugeriu ao prefeito que ao invés de trinta dias de férias, gozasse de três anos. Osman Martinelli, disse que procurava levar a casa a sério, e que por muitas vezes fora taxado de menino, mas apesar de ser considerado um menino, uma coisa aprendeu, que era levar a sério a política. Waldemar Brandão, disse que tinha divergências com o Prefeito e por isso o criticava, porém tinha respeito pelo cargo que ocupava e que se pronunciará anteriormente apenas por brincadeira. Nada mais havendo a discutir fora o requerimento deferido. Sendo aberto após espaço para as explicações pessoais, Itair Lidomar Kurseh, disse ter recebido uma queixa referente a uma casa que se encontrava desabando na Avenida das Figueiras, e de frente dela o mato e

entulhos próximo a casa hum mil e dezessete, pedindo para que fosse alocado o setor de fiscalização da Prefeitura para que fossem tomadas as devidas providências. Jorge Librey agradeceu o secretário da casa, que o atendeu prontamente no que fora possível, ao Plenário pelo enriquecimento político que obteve no decorrer do primeiro ano legislativo, acrescentando ainda que procurara respeitar a todos sem jamais ter se atido a coisas mesquinhas. Disse ter sido taxado por muitas vezes de radical esclarecendo que fora para defender sua baseada no função de líder. Parablenizou o Secretário Municipal de Educação e Cultura pelo brilhante realização do Concurso Miss Sinop no dia vinte e sete de novembro do corrente ano. Promoveu-se o vereador sobre acusação sofida em plenário, quando um vereador, dizia terem usado, militantes do PL, máquina administrativo a favor da candidatura do então presidente AFIF, reportando-se sobre a sessão em que o assunto veio à tona. Salientou que foram feitos para registrar por causas sérias. Representou atas onde constavam despesas gastas pelos integrantes do partido do PL para sustentar o movimento prop AFIF. Manifestou-se quanto a

denúncia por ele feita, sobre Sebastião
Imácio de Mattos, ter sido um marajó
no governo Júlio Lemos, sentiu per-
ter que estar fazendo denúncia, não
querendo com isso sobressair-se porém
expressar sua opinião, seu certidão
fornecida pelo Codemat e outros documen-
tos que comprovavam que o vereador
havia ocupado cargo por mais de seis
meses e soberio a ele, segundo o pró-
prio, a denúncia ou não. Falou ainda
que todo denúncia contra qualquer
vereador, soberio ao povo denunciar
quando dele tivesse conhecimento. Já
Pedro Serafim, fez apelo aos encarreg-
dos que antes de fornecer a Puarás,
a restaurantes, bares, ou qualquer
estabelecimento que fornecesse a Pimen-
ta, fosse feita uma visita in loco
para verificar as condições higiênicas
das dependências e que só permitissem
seu funcionamento após a devida vis-
tória, pois a situação daqueles estabe-
lecimentos era constrangedora. Ela-
nceu o vereador, quanto ao relacio-
namento empresarial entre o coloni-
zadora e o Rádio Telente em preso
no qual trabalhava, informando que
este relacionamento não influirá
em nada com seu posicionamen-
to referente a colonizadora pois sentio-
se livre para posicionar-se, achando
solutar o entendimento a oficiali-
zação do mesmo. Citou a interm-

cia do Senhor Ubuih, prejudicando a
mão instalação de empresas em Sinop
pediu ajuda de todos para que não
deixasse um cidadão atrasar o
progresso de Sinop. Referiu-se ainda
sobre o encontro que seria realizado
com o Senhor Lucênio, pedindo que
fosse pautado todos os pormenores
e assim fosse cumprido pelo colo-
nizadora. Mencionou ainda que em
momento algum tentaram pressio-
n-lo nem o Diretor da Empresa
em que trabalhava nem a colo-
nizadora, para que os favorecessem.
Disse ainda, que defendia os interes-
ses do município, do povo si-
nopense. Deu sua posição referente
denúncia de Sebastião Antônio de Ma-
tos contra o PT, dizendo ser uma
situação constrangedora. Agrade-
ceu a todos que assiduamente se
fizeram presentes o sessões no decor-
rer do ano e pediu que se fizessem
presentes também nos anos vindou-
ros. Solicitou a participação do vere-
dor Rodolfo Walter Kunze, que muito
bem sabe usar o rádio de ligu-
lador. Fernando Bispo Ferreira, ago-
deceu a Deus pelo ano que estava
por se fundar e a todos os vereadores
e populares que muito o ensunaram
e mencionou que com fula eleito po-
deriam fazer um Brasil melhor Wal-
demar Brandão, solicitou que fosse



enviado um ofício à Prefeitura com cópia ao proprietário da Oficina Tio Potimhas para que se tomassem medidas referente a detritos jogados pela serraria, próximo a Oficina Tio Potimhas, em lugares impróprios, e que um governo sério não poderia admitir. Parabemizeu ao Ferro Velho Sabiá pela organização em sua oficina, salientando que devia a Câmara valorizar aquele tipo de comportamento do empresário. Desejou boa viagem ao Prefeito esclarecendo que as críticas feitas eram construtivas a fim de que as coisas funcionassem melhor e as brincadeiras que houveram foram apenas para sair da monotonia. Agradeceu a todos que colaboraram com seu trabalho no ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, desejando um feliz ano novo. Convidou a todos para uma pequena reunião em prol do município semana. Disse das personalidades políticas que estariam em São Paulo para o encontro do PT. Mami Pestun que qualquer que fosse o eleito teria o povo que entender a situação brasileira e apoiar. Agradeceu ao Presidente do Casa e o parabemizou pela sapiência na condução dos trabalhos durante o ano que estava por se finalizar. Usmar Martinielli, solicitou que fosse enviado um ofício a Secretário Municipal de Educação e Cultura

pela realização do Concurso de Misses Sinop e outro ao Sindicato Varejista comércio e peadores de carne, referente denúncia de populares onde constatavam a variação do preço da carne de Sinop que era mais elevada do que de outras regiões. Ligou-se aos vereadores e secretário do taxa pelo trabalho conjunto, desejando a todos um feliz Natal e Ano Novo, e que retornassem com as energias refeitas. Sebastião Amácio de Matos, agradeceu a Deus por ter tido a oportunidade de Registrar naquele ano, lamentando que o vereador Jorge Libreu baixasse tanto o nível por questão pessoal, dizendo do ocorrido quando da contratação do mesmo pela Edemat, época em que ficou à disposição do taxa civil em Sinop. Reportou-se sobre sua função específica que exerceu, como fiscal secreto do governo do Estado, dizendo das visitas feitas a **MUNICÍPIO SÃO FRANCISCO**, servindo este para informar sobre pessoas como o pai do vereador Jorge Libreu que pediu ajuda do Governo. Informou que por várias vezes tentava o vereador Jorge Libreu confronto com ele, lamentando denúncias feitas pelo vereador. Disse continuar denunciando o uso do maquinário administrativo que se fazia através de secretarias municipais.

João Lindrade, desejou a todos um bom
final de ano e que retornassem para
um novo ano ainda melhor, e que
durante o paralização levantassem
questões em prol do município.
João Medeiros, disse que não traria
a plenária questões como as levanta-
das pelo vereador Jorge Libreu. Denun-
ciou ter sido o vereador denun-
ciante com panfletos de campanha
de Sebastião Imácio de Mota em vá-
rias campanhas políticas, e que
naquela época era o vereador Sebas-
tião Imácio de Mota bom para o
vereador Jorge Libreu. Espantando Jr-
cara o vereador Sebastião Imácio
de Mota, simplesmente levou a co-
mhecimento da população um de-
mônio com provas de que o mes-
mo fora marajó do governo Júlio
Campos Waldemar Brandão, disse
que não queria ficar trocando
tais assuntos, apenas queria in-
formar de que adquiriu alguns
carrotes justamente por pedido do
pai do vereador Jorge Libreu, que
mesmo sabendo da dificuldade que
teria de pagar ajudou-o. Referindo-
se ainda se foi a mão fantos-
ma o vereador Sebastião Imácio
de Mota, ponderou que ele saiu e
que ele esteve junto com o vere-
dor nas horas mais tristes de

sua vida continuando João Medeiros agradeceu a todos os vereadores pelo ano de trabalho, que através de debates tentariam a mudança para melhor. Agradeceu ainda aos funcionários do Casa que plenamente bem serviram à Casa. Mencionou que as divergências a nível de Executivo deviam ser de convivência do Legislativo para efetivar a Democracia. Parabensizou a Secretário de Obras, da Fazenda, da Educação, destacando também o setor tributário por terem trabalhado estupendamente e que talvez a reformulação do quadro no ano vindouro viesse a demonstrar um bom trabalho em todos os setores. Rodolfo Walter Kunze, entendeu que o confronto com o colonizado na mão brava a mada, deviam esgotar todas as negociações antes de tomarem uma atitude mais drástica. Informou que no convívio que teve à Casa só havia aprendido, inclusive com o vereador Waldemar Brandão. Agradeceu a todos os funcionários e vereadores que guardaram o sua pessoa em tão pouco tempo. Flávio Spariero, disse do problema havido no início dos trabalhos Legislativos, quando em contato com o prefeito juntamente com o vereador Waldemar Brandão, onde o mesmo pediu que se olo-

caso um só do lado do Diretor para se fazerem os exames psicotécnicos, o qual foi atendido, sendo assim gostaria que lhe informassem por que o psicólogo não atendia naquele local, pois recebera uma denúncia das más condições do ambiente que a mesma estava fazendo os exames e ele próprio quis constatar. Disse que após a denúncia, procurou o psicólogo em sua residência e observou as más condições que ele estava realizando seu trabalho. Informou ainda, da opção feita pelo profissional em pagar a mais e não fazer o teste e então fazer o teste e pagar o correto pelo seu serviço. Ponderou ao veredar Waldemar Brandão que fez referência a organização do Ferro Velho, e não se preocupava com a administração do próprio órgão que administrava que era o Diretor, que tinha caso colocado para atender... Waldemar Brandão, disse das denúncias que havia recebido porém os denunciantes não aceitavam fazer os depoimentos, agradeceu pelo posicionamento do vereador pois era mais como provar a sua Diretoria Superior. Continuando Flávio Slaviero, referiu-se ao Livro do Bairro Industrial, informando do abaixo assinado já feito. Disse que era conhecedor das denúncias e que pre-

evitavam analisar com profundidade o assunto. Quanto a denúncia feita pelo vereador Sebastião de Matos disse que o mesmo não havia provado de forma como o vereador Jorge Libreu denunciara a proporia. Esclarecendo Sebastião Imácio de Matos, disse que a prova era clara, quando funcionários da Prefeitura estavam às suas. Honório Slaviero, entendeu que funcionários da prefeitura, a seu ver, poderiam fazer política, por ser democráticos, nada o impediria de fazê-lo. Jorge Libreu disse que baixou o nível quem fizera denúncia inequivel sem provas. Continuando Honório Slaviero agradeceu aos funcionários, vereadores, dizendo que durante o ano que se finalizava sempre se preocupava com Sinop. Agradeceu a todos que se fizeram presentes no caso durante o ano, dizendo terem eles trazido mais ânimo para o trabalho. Terminando as explicações pessoais o Senhor Presidente esclareceu quanto as atas, dizendo que elas eram lidas sempre no início da sessão e se caso desejassem fazer algum adendo que o fizessem no ato da deliberação do mesmo. Disse dos trabalhos do caso no período legislativo e da vitória do caso na recuperação do prestígio. Pediu que não fosse olhado tanto o sigla parti-

dário quando se posicionarem e
sim fosse em prol de Sinop. Informou
que os atos do primeiro
Congresso de Vereadores se encontra-
vam no secretariado da Casa e dispo-
sição de qualquer vereador, e que
seriam entregues a todos os vereado-
res uma agenda no final da sessão.
Agradeceu a todos que colaboraram com
a boa desenvoltura das sessões e dos
trabalhos da Casa. Desejou a todos
boas festas, encerrando assim a ses-
são daquela noite, sendo esta ato
parado e se aceita por irá assina-
do pelo presidente e primeiro-secreta-
rio. Em tempo: Foi deliberado e aprovado
também por unanimidade do Plenário o
Decreto Legislativo número, zero, nove, bar-
ra, oitenta e nove.

Infaltem Justini *Penas*
ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DO MATO GROSSO.

Nos quatorze dias do mês de dezem-
bro, de hum mil e novecentos e oiten-
ta e nove à sala das sessões do Câ-
mara Municipal, reuniram-se, nome-
te os Senhores Vereadores, Dalton
Benoni Martini, Osmar Martinelli,
Jorge Libreu, Hacer Edomar Kuiseb e
José Pedro Seropim, para deliberarem
os Projetos de leis que foram motivo
de convocação da Sessão Extraordi-
nária, conforme Edital número oito.